

**ÁREA TEMÁTICA:**

- ( ) COMUNICAÇÃO
- ( ) CULTURA
- (X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- ( ) EDUCAÇÃO
- ( ) MEIO AMBIENTE
- ( ) SAÚDE
- ( ) TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- ( ) TRABALHO

**FORTELECENDO FAMÍLIAS E REDES: AÇÕES DESENVOLVIDAS COM OS  
USUÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA  
FURB E COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL**

**Gabriela Maria dos Santos<sup>1</sup>**  
**Ana Carolina Schork Santos<sup>2</sup>**  
**Maria Salete da Silva<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho visa socializar parte das atividades e dos resultados do Projeto de extensão Fortalecendo Famílias e Redes, do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), executado em 2017. O objetivo principal do Projeto consistiu em contribuir para o fortalecimento das funções protetivas das famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e da rede socioassistencial. Contou com a parceria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Blumenau – SC e do Núcleo de Prática Jurídica da FURB. Suas ações destinaram-se, prioritariamente, aos usuários da justiça gratuita e aos profissionais da rede socioassistencial. No NPJ, com os usuários da justiça gratuita, foram realizadas: 23 abordagens individuais com enfoque na orientação sobre as funções protetivas da família e na socialização de informações sobre os direitos sociais e a rede de serviços; 12 encaminhamentos para a rede de serviços; 11 abordagens coletivas em sala de espera, com a organização de 09 murais temáticos e distribuição de 392 materiais informativos. Com os profissionais da rede socioassistencial foi constituído o grupo de estudos sobre família, gênero e gerações, composto de 24 profissionais, e ocorreram 06 encontros, cada qual com duração de duas horas.

**Palavras-chave:** Família. Ações socioeducativas. Rede socioassistencial.

## **INTRODUÇÃO**

A atuação do Serviço Social no Núcleo de Prática Jurídica da FURB data de 1998, quando foram criadas as primeiras vagas para a realização do estágio obrigatório. Posteriormente, em 2003, foi aprovado o Programa Assistência Sociojurídica, constituído de vários projetos, o qual funcionou até 2014. Com as mudanças ocorridas na política de extensão, a partir de 2015 os Programas deram lugar aos Projetos. Assim surgiu o Projeto Fortalecendo Famílias e Redes, que teve como objetivo principal contribuir para o

---

<sup>1</sup> Estudante de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau; Bolsista de extensão; gabi.mariadsantos@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social; Egressa do curso de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau; carolsschork@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia; Coordenadora do Projeto Fortalecendo Famílias e Redes; Fundação Universidade Regional de Blumenau; Departamento de Serviço Social; msasilva32@gmail.com

fortalecimento das funções protetivas das famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas no Núcleo de Prática Jurídica e da rede socioassistencial.

As atividades destinaram-se aos usuários da justiça gratuita e aos profissionais da rede socioassistencial. Para tanto, foi executado em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica da FURB e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES) de Blumenau - SC, a qual viabilizou a participação dos profissionais e forneceu os certificados.

A proposta metodológica incluiu o desenvolvimento de ações socioeducativas com os usuários do NPJ, abordagens individuais e coletivas, e a organização de um grupo de estudos com técnicos da rede socioassistencial. Ao longo de 2017 foram realizadas atividades que serão detalhadas no decorrer deste trabalho. Inicialmente, serão apresentados os objetivos do Projeto. Na sequência, será descrita a metodologia utilizada, serão apontados os resultados, as considerações e a referência bibliográfica.

## **OBJETIVOS**

O objetivo principal do Projeto consistiu em contribuir para o fortalecimento das funções protetivas das famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas no Núcleo de Prática Jurídica da FURB e da rede socioassistencial. Dentre os objetivos específicos destacam-se: contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade social expressas pelos usuários da justiça gratuita atendidos no NPJ; promover a inclusão social dos usuários e seus familiares por meio do encaminhamento para a rede de serviços do município; fomentar o combate à violência intrafamiliar contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres, nas suas diferentes manifestações, física, sexual, psicológica, patrimonial e negligência; contribuir para a qualificação dos serviços da rede socioassistencial destinados às famílias vulneráveis.

## **METODOLOGIA**

Em consonância com os objetivos, as ações do Projeto foram planejadas para os usuários da justiça gratuita e para os profissionais da rede socioassistencial. Desta forma, os procedimentos metodológicos foram diferenciados. Para a intervenção com os usuários da justiça gratuita foram desenvolvidas ações socioeducativas, as quais visam a ampliação do universo informacional da população acerca de seus direitos sociais, da sua condição de cidadania, das políticas sociais e das formas de acesso, e que implicam em mudanças nos modos de agir no mundo. Para Miotto (2009, p. 9) “as ações socioeducativas se orientam [...] e se estruturam a partir dos seus dois pilares: a socialização das informações e o processo

reflexivo.” Importa ressaltar que “A **socialização das informações** está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania” (MIOTO, 2009, p. 5, grifo no original). E que o processo reflexivo visa “a formação da consciência crítica [...] à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo.” (MIOTO, 2009, p.7)

Dentre as atividades destacam-se as abordagens individuais, as abordagens coletivas na sala de espera, a confecção de murais temáticos, a distribuição de materiais educativos, a articulação e o encaminhamento dos usuários para a rede de serviços. No âmbito do NPJ, a população foi referenciada ao atendimento social pelo serviço de recepção e pelos estagiários do curso de Direito e seus professores orientadores.

Para atingir os profissionais da rede socioassistencial, constituiu-se um grupo de estudos sobre família, gênero e gerações. A divulgação da proposta para os profissionais deu-se por intermédio da equipe de gestão do trabalho da SEMUDES, que se encarregou também da inscrição dos mesmos. Previamente aos encontros, aos participantes houve o envio de convite e materiais para leitura. Para fomentar a participação e o envolvimento dos profissionais foram utilizados roteiros para guiar a leitura e as reflexões e dinâmicas de grupo. Conforme Sousa (2008, p. 127), “[...] a dinâmica de grupo é uma técnica que utiliza jogos, brincadeiras, simulações de determinadas situações, com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática definida.”

A avaliação e a documentação integraram os procedimentos metodológicos. A avaliação é fundamental para “verificar o impacto” das ações “na vida dos usuários, bem como nos serviços” (MIOTO, 2009, p. 12) e para subsidiar o planejamento, dentre outras finalidades. Quanto à documentação, Marconsin (2013, p. 64) aponta a sua “importante tarefa de oferecer subsídios para a análise e a intervenção na realidade” e, ainda, “[...] possibilita organizar e veicular informações, bem como produzir *informações* e conhecimento” (MARCONSIN, 2013, p. 69, grifo no original). Neste sentido, as intervenções com os usuários da justiça gratuita foram registradas em cadastro específico, alimentado por ocasião de cada abordagem ou procedimento realizado. Também foram inseridos informes no sistema do NPJ, respeitando-se o sigilo profissional. Além disso, foram elaborados relatórios mensais e anual. Com relação ao grupo de estudos composto pelos profissionais, foram elaboradas memórias contendo a pauta, as dinâmicas aplicadas, as sínteses produzidas pelo grupo e as referências bibliográficas dos materiais estudados.

Na sequência, serão relatadas as atividades desenvolvidas com os usuários da justiça gratuita e com os profissionais da rede socioassistencial, bem como os resultados.

## **RESULTADOS**

Conforme o planejamento, foram executadas ações socioeducativas destinadas aos usuários da justiça gratuita atendidos no NPJ e aos profissionais da rede socioassistencial.

Com os usuários da justiça gratuita foram realizadas 23 abordagens individuais com 36 pessoas. O instrumento técnico utilizado foi a entrevista. Ferramenta que, segundo Faermann (2014, p. 320), “possibilita um movimento de reconstrução crítica das situações vivenciadas pelos usuários. Em geral, eles se apresentam fragilizados, cabendo ao profissional desencadear um processo reflexivo diante das questões que lhes são apresentadas.”

As demandas sociais eram relativas à separação conjugal/dissolução de união estável, conflitos conjugais e entre gerações, conflitos relativos ao exercício da guarda, pagamento de pensão e visitas por parte do não guardião, violência doméstica, dúvidas sobre o acesso aos direitos sociais, o que implicou na mobilização da rede de parentesco e da rede secundária, constituída pelos serviços e instituições.

A partir das demandas expressas pela população usuária, ou identificadas durante a abordagem social, houve 12 encaminhamentos para a rede de serviços. Em especial, para os serviços socioassistenciais ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializado de Assistência Social, em razão da vulnerabilidade social e econômica da população usuária da justiça gratuita. Além destes, destacaram-se os serviços de saúde e a Defensoria Pública. O encaminhamento, conforme Rodrigues (2000, p. 150), “deve ser prestado como direito do usuário a ter resolutividade em suas demandas, deve ser utilizado de forma responsável e competente, com acompanhamento passível de assegurar ao usuário o atendimento no local de destino”.

Ainda em relação aos usuários da justiça gratuita, realizaram-se abordagens socioeducativas na modalidade coletiva. Neste caso, as reuniões em sala de espera, que totalizaram 11, com 19 participantes. Para apoiar esta ação foram organizados 09 murais temáticos versando sobre: o Dia Internacional da Mulher; Alienação parental: o que é e como prevenir; Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa; O uso abusivo e a dependência de álcool; Separação conjugal e responsabilidades de pais para com os filhos; Afinal, o idoso é da conta de quem?; Dia Internacional de combate à violência contra a mulher. Além dos murais, foram disponibilizados materiais informativos na sala de espera, sendo retirados 392 panfletos.

Quanto às ações socioeducativas desenvolvidas com os profissionais da rede socioassistencial, formou-se um grupo de estudos sobre família, gênero e gerações. Para viabilizar a formação do grupo, foi realizada reunião com técnicos da SEMUDES, ocasião em que foram pactuados o uso do formulário de inscrição, a forma de divulgação e o período para a inscrição dos profissionais. Foram ofertadas 20 vagas e inscreveram-se 24 profissionais. Parte das vagas foi disponibilizada para profissionais do município de Gaspar – SC e de organizações não governamentais, em razão da procura.

Realizaram-se 06 encontros nas dependências da FURB, com duração de 02 horas, no período vespertino. O número de participantes variou entre 06 e 19 profissionais que priorizaram para estudo os temas: violência de gênero e contra a mulher; velhice, envelhecimento, cuidados familiares aos idosos, cuidadores de idosos; adolescência e automutilação. Para todos os encontros foram enviados convites com os materiais selecionados para leitura. Foram utilizadas técnicas para potencializar as discussões, como o uso de charges, de roteiros e elaboração de histórias familiares. Após cada encontro procedeu-se a elaboração da memória, a qual foi compartilhada com os participantes e forneceu subsídios para a avaliação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação às abordagens individuais com os usuários do NPJ, considera-se que atenderam os objetivos propostos, pois as demandas foram acolhidas e, a partir destas, desencadeou-se processo reflexivo e informativo. Importante registrar que foram verificadas 05 faltas aos atendimentos e que os próprios usuários fizeram contato telefônico para informar sobre a dificuldade de comparecimento. Seja por problemas de saúde, por razões de trabalho ou por outros motivos, houve a preocupação de comunicar a ausência e reagendar, o que indica boa adesão. Com base nos contatos subsequentes, verificou-se que, em parte, as demandas familiares foram atendidas, em especial, aquelas que implicavam no acesso à informação. No que tange aos conflitos conjugais, ou pós-separação, as mudanças não se mostram imediatas, visto que envolvem sofrimentos que exigem tempo para elaboração e, por vezes, implicam no acompanhamento pelos serviços da rede. Dos encaminhamentos realizados, todos os usuários que se dirigiram aos serviços foram acolhidos. Entretanto, em alguns serviços o acesso mostrou-se demorado em face de limitações institucionais.

Quanto às abordagens em sala de espera, a avaliação por meio de um instrumento, com uma amostra de 12 participantes, indicou que houve ampliação do universo informacional sobre os temas, que os participantes conheciam pessoas a quem as informações

seriam úteis e mostraram-se dispostos a repassar os materiais informativos. Estes, por sua vez, tiveram boa receptividade entre os usuários considerando-se o volume de panfletos retirados do porta folder situado na sala de espera.

No tocante à contribuição das ações destinadas aos profissionais da rede, os depoimentos destes apontaram que o grupo de estudos representou oportunidade para a troca de experiências entre os níveis de complexidade da política de assistência social, já que os profissionais atuavam na proteção social básica e na proteção social especial de média e alta complexidade, e entre instituições. Além do caráter interdisciplinar, pois o grupo reuniu assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais. Os profissionais compartilharam dificuldades enfrentadas no cotidiano em razão dos limites dos serviços e da complexidade das demandas. Destaca-se o debate sobre a banalização do uso da negligência para caracterizar as famílias pobres e com baixo apoio do Estado. Soma-se a tendência dos serviços de desligar as famílias sob a alegação da “não-adesão”, quando esta constitui objeto de intervenção das equipes. Aspectos que reafirmaram a relevância do grupo de estudos como estratégia para qualificar e fortalecer a rede socioassistencial.

**APOIO:** Edital PROPEX FURB n. 05/2016, Departamento de Serviço Social e Centro de Ciências Jurídicas da FURB.

## REFERÊNCIAS

FAERMANN, Lindamar Alves. A processualidade da entrevista no Serviço Social. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 315 - 324, jul./dez. 2014.

MARCONSIN, Cleier. Documentação em Serviço Social: Debatendo a Concepção Burocrática e Rotineira. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013. (p. 65-75).

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. CFESS, ABEPSS, Brasília, 2009.

RODRIGUES, João Antônio. A questão do método na teoria social de Marx e o Serviço Social. *Construindo o Serviço Social*, n. 6, Faculdade de Serviço Social de Bauru, SP, 2000.

SILVA, Maria Salete da; SANTOS, Gabriela Maria dos. **Relatório final do Projeto: Fortalecendo Famílias e Redes**. Blumenau, FURB, 2017. Não publicado.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.